

Proposta de critérios avaliativos fundamentados em reflexões benvenistianas

Renata Einsfeld

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Este artigo tem por objetivo propor critérios avaliativos fundamentados em pressupostos benvenistianos para compor a avaliação formativa de uma sequência didática igualmente estabelecida sob os pressupostos desse linguista. Lançamos essa proposição, primeiro, porque identificamos a ausência, na estratégia de ensino sequência didática - de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) -, de uma orientação metodológica de como circunscrever os critérios avaliativos para a preconizada avaliação formativa. Segundo, porque um instrumento didático, que se propõe albergado sob determinada perspectiva linguística, deve dispor de parâmetros para avaliar não apenas os alunos, mas também o próprio instrumento educacional. Por conseguinte, tencionando os desdobramentos de um estudo maior, os critérios foram circunscritos considerando as características textuais e enunciativas do gênero artigo de opinião. Esperamos, com este artigo, contribuir para o ensino-aprendizagem de língua portuguesa e com os estudos da linguagem.

Palavras-chave: Benveniste. Ensino-aprendizagem. Sequência didática. Escrita. Texto.

Abstract: This article aims to propose evaluative criteria based on Benvenistian assumptions to make the formative evaluation of a didactic sequence also established under this linguist's assumptions. The proposition was made, first, due to identified absence in the didactic sequence teaching strategy – by Dolz, Noverraz and Schneuwly (2004) -, of a methodological guideline on how to circumscribe the evaluation criterias for the recommended formative evaluation. Second, because a didactic instrument, which proposes to reach a certain linguistic perspective, must have parameters to evaluate not only the students, but also the educational instrument itself. Therefore, intending the development of a larger study, the criterias were circumscribed considering the textual and enunciative characteristics of the opinion article genre. It is expected that this article contributes to Portuguese language teaching-learning and to language learning studies.

Keywords: Benveniste. Teaching-learning. Didactic sequence. Writing. Text.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte do estudo apresentado em minha dissertação, intitulada "Sequência didática: um deslocamento aos pressupostos de Benveniste" (2023) e defendida no Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS em abril de 2023. Durante o estudo, constatamos a falta de uma orientação metodológica de como circunscrever os critérios avaliativos para a avaliação formativa preconizada por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) para a estratégia de ensino-aprendizagem Sequência Didática. Por conseguinte, para a realização do objetivo principal daquele estudo - a saber, produzir uma sequência didática sob os pressupostos de Benveniste para o desenvolvimento de habilidades discursivas de escrita ao ensinar o gênero artigo de opinião - circunscrever os critérios avaliativos para a avaliação formativa tornou-se essencial. Pois um instrumento didático, que se propõe albergado sob determinada perspectiva linguística, deve dispor de parâmetros para avaliar não apenas os alunos, mas também o próprio instrumento educacional. Dessa forma, é sobre esse desdobramento que dispomos neste artigo.

Em termos estruturais, na próxima seção, contextualizamos o estudo que serviu de base para a presente discussão. Na sequência, explicitamos os conceitos benvenistianos que embasaram a circunscrição dos critérios avaliativos. Em seguida, apresentamos a circunscrição desses critérios sob os pressupostos de Benveniste. E, por fim, as considerações finais.

1. SOBRE O ESTUDO

Esse estudo, que resultou na dissertação de mestrado "Sequência didática: um deslocamento aos pressupostos de Benveniste" (2023), surgiu das inquietações de um 'eu professora' enunciado, ainda em 2017, no contexto de adaptação da sequência didática proposta no caderno "Pontos de vista" (2014), da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, aos alunos de 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola do interior do Rio Grande do Sul. As inquietações somadas à afinidade com as reflexões benvenistianas orientaram a busca por instrumentos didáticos sob essa perspectiva. Isso conduziu à descoberta de uma lacuna, a ausência de instrumentos didáticos sob o escopo teórico de Benveniste, dos quais os professores pudessem se apropriar e aplicar com seus alunos. Logo, contribuir para preencher essa lacuna tornou-se o objetivo principal desse estudo. Especificamente, produzir uma sequência didática sob os pressupostos de Benveniste para o desenvolvimento de habilidades discursivas de escrita ao ensinar o gênero artigo de opinião.

No percurso para a realização desse objetivo, quando do aprofundamento das características da sequência didática (SD) tal qual idealizada por Dolz, Noverraz e Schneuwly

(2004), constatamos a falta de uma orientação metodológica de como circunscrever os critérios avaliativos para uma **avaliação formativa**. Pois, apesar de preconizarem a prática desse tipo de avaliação desde a primeira produção, os idealizadores da SD, não explicitam quaisquer critérios ou forma de circunscrevê-los, deixando a definição desses sob a responsabilidade do professor que elabora o procedimento de ensino. Contudo, há orientação acerca dos critérios para a avaliação quantitativa. Sugerem que estes sejam explicitados através de uma tabela, ao qual os alunos devem ter acesso e compreensão. Por conseguinte, esses critérios são estabelecidos tendo em vista os elementos trabalhados em aula. Contraditório, pois se a proposta de uma avaliação formativa - que, segundo os idealizadores, é um processo de análise das produções a partir de critérios bem definidos -, deve guiar a análise da produção dos alunos, bem como a adequação do percurso formativo, deveria haver, então, uma orientação de como elaborar tais critérios. Identificamos, assim, uma lacuna. Logo, definir os critérios para a realização da avaliação formativa constituiu tarefa fundamental na construção e regulação da SD, principalmente, uma SD que se pretendia ancorada nos pressupostos de Benveniste. Dessa forma, a seguir, apresentamos os pressupostos que possibilitam a circunscrição dos critérios avaliativos.

2. DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Nesta seção, a intenção é construir a fundamentação teórica em Benveniste para que esta possa nortear a circunscrição dos critérios para a avaliação formativa de uma sequência didática albergada sob pressupostos benvenistianos. Para isso, delimitamos os conceitos de linguagem e enunciação. O conceito de texto será depreendido dos desdobramentos teóricos-metodológicos de Adam (2008), pois ele parte da reflexão benvenistiana para propor a sua *análise textual dos discursos* (CIULLA, 2020).

2.1 Linguagem

O conceito de linguagem foi delimitado a partir da leitura de “Da subjetividade na linguagem” (1958) e de “Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística” (1963), visto que, nesses ensaios, Benveniste vincula a linguagem à natureza do homem. Isso é explicitado no ensaio de 1958, quando o linguista afirma que a linguagem “está na natureza do homem, que não a fabricou” (BENVENISTE, 2005, p.285). Esse mesmo entendimento consta no ensaio de 1963, uma vez que “a linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, a faculdade de *simbolizar*” (p.27, grifo do autor).

A linguagem possui, ainda, um funcionamento simbólico que possibilita a emergência do discurso. Compreendemos que para Benveniste a linguagem pressupõe a utilização da língua (RODRIGUES; MILANI, 2015). Segundo o linguista, “a linguagem, faculdade humana, característica universal e imutável do homem, não é a mesma coisa que as línguas, sempre particulares e variáveis, nas quais se realiza” (BENVENISTE, 2005, p.20). Essa realização, através da língua, possibilita ao locutor instanciar o seu discurso, uma vez que a linguagem, em sua função, “reproduz a realidade” (p.26). Benveniste explica que “aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento” (p.26). Por conseguinte, ao locutor é disponibilizada uma propriedade fundamental da linguagem, a **subjetividade**, que “é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (ibid, p.286). Esse *status* linguístico de ‘sujeito’ emerge na **intersubjetividade**. Esta compreende uma relação de polaridade em que cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a si mesmo como ‘eu’ no seu discurso e esse ‘eu’ instaura o ‘tu’ na alocução. A linguagem, por ser mediadora da relação homem a homem, possibilita, assim, a instituição da sociedade.

Não obstante, a linguagem realiza-se “sempre dentro de uma **língua**, de uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular” (p.31, grifo do autor). Dessa forma, a linguagem e a língua, por extensão, estão na natureza do homem, que não a inventou. E, aqui, encontramos o que Flores (2013) observa ser o “*a priori* fundamental de Benveniste” (FLORES, 2013, p.43, grifo do autor), o homem na língua. Sinteticamente, Flores explica que, no princípio do pensamento benvenistiano, “o homem está na língua - se marca na língua, se singulariza na língua, se propõe como sujeito na língua - por que é fundado simbolicamente na linguagem” (p.44). O que vem a enfatizar a compreensão de que a linguagem é a faculdade humana de simbolizar, cujo funcionamento simbólico permite ao locutor instanciar o seu discurso propondo-se como sujeito. Por conseguinte, o mecanismo que possibilita a instauração do discurso, a enunciação, é o tema da próxima seção.

2.2 Enunciação

O ensaio “O aparelho formal da enunciação” (1970) é considerado um momento-síntese da obra enunciativa de Benveniste. O texto não apresenta um conceito único para o termo enunciação, contudo vai demonstrando nuances outras do mesmo fenômeno dependendo da faceta pela qual o linguista a está descrevendo. Dessa forma, perpassamos tais facetas com o intuito de sumarizar esses conceitos e, elegendo um conceito para embasar o nosso estudo.

Partindo do entendimento geral de que a enunciação é a língua em emprego, Benveniste tece toda uma caracterização tendo em vista três aspectos determinados. O primeiro aspecto

elencado concerne à “realização vocal da língua”, pois seria o mais perceptível e direto, não mobilizando maiores detalhamentos à “enunciação fônica” (BENVENISTE, 2006, p.82). O linguista segue para o segundo aspecto pressupondo que a enunciação é “a conversão individual da língua em discurso”, apontando que o mecanismo dessa produção é a “semantização da língua” (p.83). Benveniste vincula esse mecanismo ao estudo sobre a significância empreendido no artigo “Semiologia da língua” (1969).

O terceiro aspecto concerne ao quadro formal de realização da enunciação, descrito através de seus caracteres formais. Para a apresentação desses caracteres, o linguista propõe o seguinte caminho metodológico: “na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (BENVENISTE, 2006, p.83). Explica que o “ato individual [...] introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (p.83). O **locutor** está no centro da reflexão enunciativa do linguista, o que evoca o *a priori* de sua teoria, o homem na língua. Como nos informa Flores (2013), “o homem está na língua - se marca na língua, se singulariza, se propõe como sujeito na língua - porque é fundado simbolicamente na linguagem” (FLORES, 2013, p.44). Esse princípio comparece em “O aparelho formal”, amalgamado ao seguinte conceito de enunciação,

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir em relação à língua, como um processo de *apropriação* [em que] o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro. (BENVENISTE, 2006, p.84, grifo do autor).

O termo *apropriação* ganha destaque nessa acepção de enunciação e deve ter seu sentido melhor compreendido no contexto de sua utilização. Ao analisar a noção de “apropriação” no contexto desse ensaio, Flores (2013) ancora-se na acepção do dicionário francês “*Le Petit Robert*” e depreende que “o *apropriar-se*, em enunciação, é tornar próprio a um uso” (FLORES, 2013, p.173, grifo do autor). Resgatando o *a priori* da teoria benvenistiana - *o homem está na língua* -, o pesquisador conclui que o locutor já está estabelecido na língua. Tal conclusão permite depreender que a apropriação é uma mobilização, pois o locutor mobiliza a língua para dela fazer uso.

Partindo da noção de que a enunciação é um processo de apropriação em que o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor, Benveniste apresenta outros desdobramentos da enunciação tendo em vista a centralidade do locutor. O primeiro convém à *alocução*, pois a enunciação é uma alocução, ela postula um alocutário. O linguista explica que “desde que ele [locutor] se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro*

diante de si” (BENVENISTE, 2006, p.84). O segundo desdobramento concerne à *referência*, uma vez que ao apropriar-se do aparelho formal da língua o locutor a mobiliza instaurando seu discurso e, através deste, constitui uma instância de discurso. Cada *instância de discurso* é um centro de referência interno constituído na e pela enunciação, pois “o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala” (p.84). Explica que “esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação” (p.84).

Essas formas específicas são os índices de pessoa, os índices de ostensão, os indivíduos linguísticos e as formas temporais. Todas essas entidades emanam da enunciação e são por ela comandadas. Pormenorizadamente, os índices de pessoa emergem da enunciação e denotam os indivíduos da alocução, com o termo *eu* denotando o locutor e o termo *tu*, o alocutário. Os índices de pessoa possibilitam a emergência da *subjetividade*, uma vez que esta compreende uma relação de polaridade em que cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a si mesmo como *eu* no seu discurso e esse *eu* instaura o *tu* na alocução. A subjetividade depende também dos índices de ostensão - “termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo” (*este, aqui* etc.) (BENVENISTE, 2006, p.85) - e dos indivíduos linguísticos, também designados pronomes pessoais e pronomes demonstrativos, - são formas utilizadas para remeter a “indivíduos”, sejam estas pessoas, momentos, lugares. Todas essas formas específicas são desprovidas de referência material, mas tornam-se plenas de sentido referencial assim que o locutor delas se apropria enquanto instrumentos de conversão da língua em *discurso* (BENVENISTE, 2005) e esse sentido existe apenas na instância de discurso em que a língua foi efetuada.

O tempo da enunciação é o presente. Este se renova a cada vez que o locutor mobiliza a língua para instaurar o seu discurso. Dessa forma, “da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo” (BENVENISTE, 2006, p.85). Passado, presente e futuro, enquanto referências temporais do discurso, existem em função do presente ‘axial’ do discurso (p.74), o ‘agora’. A constituição dessas referências é possível através das formas temporais comandadas na enunciação.

Tanto as formas temporais, quanto os índices de pessoa, os índices de ostensão e os indivíduos linguísticos põem o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação, pois ao serem mobilizados constituem a instância de discurso. Para além dessa relação do locutor para com sua enunciação, há a relação do locutor para com o alocutário. Pois “desde o momento que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções” (BENVENISTE, 2006, p.86).

Estas seriam a interrogação, a intimação, a asserção. Naquela, o enunciador mobiliza as formas lexicais e sintáticas da interrogação para suscitar uma enunciação de retorno de seu alocutário, ou seja, uma resposta. Na intimação, o enunciador mobiliza as formas da injunção aguardando que o alocutário cumpra a ordem e/ou o apelo enunciado. Na asserção, o enunciador mobiliza as formas lexicais e sintáticas para comunicar uma certeza.

Há ainda a relação do locutor para com o que enuncia, o que Benveniste nomeia de modalidades formais. Estas são expressas através dos modos verbais, dos termos da fraseologia, tais como “talvez” e “possivelmente” e/ou pela “recusa de asserção”. Todas essas modalidades formais “enunciam atitudes do enunciador do ângulo daquilo que enuncia” (p.87).

Com essa última definição, Benveniste encerra a descrição do quadro formal da enunciação e passa a considerar as características do “*quadro figurativo da enunciação*” (BENVENISTE, 2006, p.87, grifo do autor). Para esta caracterização, o linguista observa a enunciação sob a perspectiva da forma de discurso. Esta “é a estrutura do *diálogo*”, estrutura estabelecida entre duas figuras na posição de parceiros que vão se alternando no protagonismo da enunciação, quer o parceiro seja real ou imaginado, individual ou coletivo. Benveniste encerra seu artigo prospectando a necessidade de continuar a análise das formas complexas do discurso. Dentre essas formas, o linguista inclui a *enunciação escrita* que, distinta da enunciação falada, “se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem” (p.90). Não aprofunda maiores descrições para esse fenômeno, a enunciação escrita.

Por fim, tendo sumariado as nuances que caracterizam a enunciação em *O aparelho formal*, observamos que delimitar um conceito para esse “grande fenômeno” é perder a riqueza advinda das particularidades enunciativas descritas por Benveniste. Isso posto e tendo em vista a necessidade de uma acepção que venha a ser a referência conceitual de nosso estudo, da qual as demais nuances possam se fazer constar mesmo que apartadas, delimitamos que a *enunciação é o ato individual de conversão da língua em discurso*. Enquanto *ato*, tem-se que a enunciação é a língua em emprego. Por *individual*, compreendemos que o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor através de índices específicos e de procedimentos acessórios. Por *conversão da língua em discurso*, consideramos “os procedimentos pelos quais as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram” (p.83), ou seja, a semantização da língua. O *discurso*, por sua vez, é o produto da semantização da língua.

2.3 Texto

Apesar de o texto não ser objeto das reflexões de Benveniste foi necessário estabelecer uma noção porque, em primeiro lugar, o aprendizado de habilidades discursivas de escrita ocorre, concomitantemente, ao aprendizado do texto. Em segundo, porque ao enunciar, o locutor emprega as formas “que a língua disponibiliza, adequando-as e moldando-as conforme outro tipo de regras, que dizem respeito ao funcionamento dos textos” (CAVALCANTE et al., 2022, p.56). Logo, definir o conceito de texto foi imperativo, contudo delimitá-lo nos pressupostos benvenistianos é complicado, pois o linguista não elaborou qualquer noção, bem como não articulou análises sobre esse tema. Nesse sentido, Jean-Michel Adam (2008) destaca-se, pois, ao transcender da *gramática transfrasal* - “extensão da linguística clássica” - à *linguística textual* - “teoria da produção textual de sentido” (ADAM, 2008, p.23) - “parte da reflexão teórica e metodológica [de Benveniste] para repensar o texto e propor a sua *análise textual dos discursos*” (CIULLA, 2020, p.742). Essa reflexão teórico-metodológica advém dos desdobramentos da diferenciação entre os domínios semiótico e semântico - estabelecidos a partir da definição de forma e sentido empregados na análise do que vem a ser *frase* e os limites por ela atingidos. A *frase*, no contexto desse construto reflexivo, “é a unidade do discurso” (BENVENISTE, 2005, p.139). Para Adam, Benveniste “faz dessa unidade o centro de outra linguística” (ADAM, 2008, p.38). O que provoca a consequente distinção entre “uma linguística da língua-sistema ou ‘semiótica’, que *significa*, cujo funcionamento é paradigmático e cuja unidade central é o signo, e uma linguística do discurso ou ‘semântica’, que *comunica* e cuja unidade é a frase” (ADAM, 2008, p.38, grifos do autor).

Adam, ao constatar que Benveniste exclui o texto de suas reflexões enunciativas - uma vez que a enunciação “é o ato de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado” (BENVENISTE, 2006, p.82) - e na esteira da distinção ora posta, conclama “um terceiro ramo da linguística”, proposto pelo próprio linguista enunciativo na seguinte passagem do ensaio *Semiologia da língua*:

Em conclusão, é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua. Esta ultrapassagem far-se-á por duas vias:

- na análise intralinguística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, que denominamos semântica, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo e que será semiótica;
- na análise translinguística dos textos, das obras pela elaboração de uma metasemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação. (BENVENISTE, 2006, p.67).

Ao reconhecer a divisão programática do campo geral da linguística em três domínios, Adam engaja-se à prospectada *translinguística dos textos*, aplicando-se na construção de um aparelho de conceitos e definições que comporão as categorias da *análise textual dos discursos*, que se adequam a uma teoria enunciativa da linguagem (CIULLA, 2020).

Tal adequação advém de sua descrição da *unidade textual mínima*, a *proposição-enunciado*. Adam, ao conciliar os termos *proposição* - enquanto “uma microunidade sintático-semântico” - e *enunciado* - como o “produto de uma enunciação” -, define *proposição-enunciado* como “uma unidade textual de base, efetivamente realizada e produzida por um ato de enunciação” (ADAM, 2008, p.106). Ou seja, a proposição-enunciado é “o produto de um ato de enunciação” (p.108).

Diante dessa descrição, poderíamos concluir que o texto é uma sequência de atos de enunciação, tendo em vista a unidade textual de base ser produzida por um ato de enunciação. Porém, Adam argumenta contra isso, defendendo que o texto é uma “estrutura de atos de discurso ligados entre si” (ADAM, 2008, p.196). Prova isso ao examinar a passagem da proposição-enunciado aos agrupamentos semânticos desse elemento em “unidades textuais de níveis crescentes de complexidade” (p.203). Destaca dois tipos de agrupamentos principais: os períodos e as sequências. Os períodos são “unidades que entram diretamente na composição de partes de um plano de texto” (p.203-204). As sequências são “unidades textuais complexas, compostas por um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados: as macroproposições” (p.204). O linguista textual explica que as macroproposições “são unidades ligadas a outras macroproposições do mesmo tipo e ocupam posições precisas dentro do todo ordenado da *sequência*” (ADAM, 2019, p.46, grifo do autor). Sendo que cada “macroproposição toma seu próprio significado apenas em relação a outras macroproposições, na unidade semântica complexa da sequência” (id.). A sequência, essa unidade textual complexa, é uma estrutura, “[...] uma entidade relativamente autônoma, dotada de uma organização interna pré-formatada que lhe é própria e que, portanto, está em relação de dependência-independência com o conjunto mais amplo do qual é parte constitutiva: o texto” (ADAM, 2019, p.46).

Dito de outra forma, as macroproposições que colaboram na estruturação de uma sequência submetem-se a combinações pré-formatadas de proposições. Essas distintas combinações são chamadas ‘narrativa’, ‘argumentativa’, ‘explicativa’ e ‘descritiva’ (ADAM, 2008). Essas combinações são possíveis através de quatro formas de ação verbal, denominadas **atos de discurso**: narrar, descrever, argumentar e explicar. Por isso, para Adam o texto é uma “estrutura de atos de discurso ligados entre si” (ADAM, 2008, p.196).

Partindo dessa noção, Adam (2019) considera que todo texto “é o traço languageiro de uma interação social, a materialização semiótica de uma ação sócio-histórica” (ADAM, 2019, p.33). Essa materialização pode assumir as seguintes formas de comportamento discursivo: narração, descrição, argumentação, explicação e diálogo. Por conseguinte, os *gêneros*, organizados em sistemas de gêneros, “são padrões sociocomunicativos e sócio-históricos que os grupos sociais compõem para organizar as formas da língua em discurso” (id.). Dessa forma, se há um texto,

[...] há um *efeito de genericidade*, isto é, uma inscrição desta série de enunciados em uma classe de discurso. [Porque] não há textos sem gênero(s) e é pelo sistema de gênero de uma dada formação sócio-histórica que a textualidade alcança a discursividade. (ADAM, 2019, p.33, grifo do autor).

Diante do exposto, ao *texto* é atribuída uma complexidade nocional, pois, não apenas é visto como organização em sequências, mas também, como interação social. Não sendo simplesmente uma série de frases, mas um conjunto de proposições de sentido, enunciadas por um locutor, em um ato comunicativo, conforme Cavalcante et al. (2022), é preciso considerar em qualquer análise textual: a sua dimensão enunciativa, o seu conteúdo referencial e a sua força ilocutória. A análise da dimensão enunciativa implica na averiguação das “*relações entre o que se diz, para quem se diz, num certo momento, sempre a partir de quem enuncia*” (CAVALCANTE et al., 2022, p.204, grifo dos autores). O conteúdo referencial, por sua vez, “é sempre aquilo a que os interlocutores chegam pelo processo de construção dos objetos no texto e, por isso, não é dado de antemão” (p.204-205). Por fim, a força ilocutória de um enunciado concerne aos propósitos implicados nessas ações de dizer, seja um pedido, uma afirmação, uma pergunta etc. (CAVALCANTE et al., 2022).

Doravante, na próxima seção, apresentamos uma proposta de critérios avaliativos, circunscritos sob pressupostos benvenistianos, para compor a avaliação formativa de uma Sequência Didática fundamentada nos pressupostos de Benveniste (SDB).

3. PROPOSTA DE CRITÉRIOS AVALIATIVOS PARA UMA SDB

Ao integrar o cotidiano escolar, a avaliação tem o potencial “de promover a construção do conhecimento” (FERREIRA; LEAL, 2007, p.12). Potencial essencial para uma prática educativa que pretenda ensinar a escrita em sua dimensão discursiva, tal como propomos para a SDB. Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) sugerem que a avaliação de uma sequência didática (SD) seja formativa. Esta é caracterizada como um “processo contínuo de reflexão crítica, de informação e interpretação sobre a realidade, de investigação, de efetivação das finalidades

educativas e de combustível para apontar necessidades de mudança” (LUIS, 2003, p.37 *apud* BESERRA, 2007, p.49). Isto é, “prevê a reorganização constante da prática pedagógica” (SUASSUNA, 2007, p.41). Por ser “fundamentada no diálogo” (id.) a avaliação formativa possibilita ao professor circunscrever as habilidades que os alunos já possuem e, a partir disso, planejar melhor sua intervenção. Ao aluno, possibilita o protagonismo em seu aprendizado.

Contudo, os desenvolvedores da SD não orientam como elaborar uma avaliação formativa. Indicam, apenas, que esta deve ser aplicada tendo em vista “critérios bem definidos” (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004, p.87). Logo, para a boa definição desses critérios, partimos do objeto que esses critérios possibilitam antever nas produções dos alunos, as habilidades.

A circunscrição de habilidades, de habilidades discursivas de escrita, exige a utilização de parâmetros acurados, ou seja, de uma metodologia de análise. Em outras palavras, “é preciso que a avaliação ganhe uma dimensão de pesquisa” (SUASSUNA, 2007, p.34). Dessa forma, para o estabelecimento da metodologia de análise da avaliação formativa para a SDB, recuperamos os pressupostos de Benveniste sob perspectiva didática - especificamente os conceitos de linguagem, enunciação e texto -, bem como, apresentamos os caracteres que constituem as habilidades discursivas de escrita ao analisar as características enunciativo-discursivas do artigo de opinião. Diante dessa caracterização, produzimos os critérios avaliativos, partindo da concepção de linguagem.

Distante de ser um instrumento utilizado para o estabelecimento da comunicação humana, compreender que a linguagem é uma faculdade humana cujo funcionamento simbólico possibilita a comunicação discursiva, implica, ao professor de língua portuguesa (LP), uma mudança de postura, a começar por sua relação enquanto leitor dos textos dos alunos. Ao invés de exercer uma leitura intransigente atrás de erros - postura vinculada a um entendimento tradicional do ensino de LP -, o docente deve compreender que o erro “pertence à enunciação na justa medida em que evoca a relação do homem com a língua” (FLORES, 2007, p.79). O erro na escrita “convoca nesse mesmo lugar o acerto e faz isso por um processo de negação do tipo: ‘Não é que se escreve assim, mas é como eu sei escrever’” (p.78, grifo do autor). Essa é a compreensão que advém do *a priori* fundamental de Benveniste, o homem na língua, pois “o homem está na língua - se marca na língua, se singulariza na língua, se propõe como sujeito na língua - por que é fundado simbolicamente na linguagem” (FLORES, 2013, p.44). Em outras palavras, “o que escreve se enuncia ao escrever” (BENVENISTE, 2006, p.90) e é sobre a enunciação escrita do aluno que o professor operará sua leitura sobre esse “é como eu sei escrever”. Essa mudança de postura do professor, enquanto leitor das produções escritas dos

alunos, suscita, consecutivamente, a modificação da forma como o professor considera o indivíduo que pretende avaliar, o aluno enquanto um aprendiz, um aprendente, ou o aluno enquanto um sujeito de linguagem que marca, em sua escrita, as habilidades discursivas de escrita que já domina e, indiretamente, aponta as que precisa aprender.

Até o momento, temos operado com a expressão ‘habilidades discursivas de escrita’ sem, contudo, delimitá-la e/ou dar conta das características, bem como dos recursos linguísticos que mobiliza. Diante disso, apresentamos os caracteres albergados sob essa expressão tendo em vista as características do gênero cujo ensino-aprendizagem pretendemos promover na SDB, o artigo de opinião.

Enquanto objeto linguístico, o artigo de opinião (AO) pode ser estudado sob o ponto de vista do gênero discursivo. Sob essa perspectiva, os gêneros são compreendidos como tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo elaborados de acordo com as condições específicas e as finalidades da esfera de atividade humana que os utiliza (BAKHTIN, 2016), melhor dizendo, são *produtos da atividade discursiva*. Segundo Bakhtin, os enunciados - unidades da comunicação discursiva -

refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional [a estrutura do texto]. (BAKHTIN, 2016, p.11-12).

Sob esse aspecto, o AO é um gênero que circula na esfera jornalístico-midiática (BRASIL, 2017), cujo suporte discursivo pode ser tanto físico - em jornais, revistas e periódicos - quanto virtual - em sites, *blogs* dentre outras plataformas digitais. Sua finalidade discursiva possui propósitos variados, podendo ser informativo, interpretativo, persuasivo ou indutivo (Cf. COSTA, 2014), expressando por esses a opinião do articulista sobre determinado assunto. O estilo depende da vontade discursiva do articulista ao mobilizar os meios linguísticos para atingir seus objetivos discursivos. A construção composicional pode seguir uma estrutura geral - introdução, desenvolvimento e conclusão -, ou variar conforme a vontade discursiva.

Contudo, essa é uma descrição geral que foca no “material linguístico concreto” (BAKHTIN, 2016, p.16), no discurso pronto, não no ato de inscrição desse discurso. É preciso, dessa forma, acrescer um olhar enunciativo sobre o gênero AO, a começar pelo próprio entendimento do que é gênero. Retomando Adam (2019), os gêneros são “padrões sociocomunicativos e sócio-históricos que os grupos sociais compõem para organizar as formas da língua em discurso” (ADAM, 2019, p.33). Os gêneros existem porque os textos sofrem um *efeito de generecidade* que os inscrevem em uma classe de discurso.

O texto é uma “estrutura de atos de discurso ligados entre si” (ADAM, 2008, p.196). Os atos de discurso são ações verbais - narrar, descrever, argumentar e explicar - possibilitadas pelas combinações pré-formatadas pelas quais as macroproposições são submetidas. As macroproposições são conjuntos de proposições-enunciados. Estas são as unidades textuais mínimas, realizadas e produzidas por um ato de enunciação (ADAM, 2008, 2019). Conforme exposto anteriormente, Adam baseia-se na reflexão teórica e metodológica de Benveniste para repensar o texto e lançar as bases de sua *análise textual dos discursos* (CIULLA, 2020). Sendo a enunciação *o ato individual de conversão da língua em discurso*, por conseguinte, da unidade textual mínima ao gênero, a fundamentação da proposta de Adam é enunciativa.

Doravante, captamos a reflexão enunciativa de Benveniste, especificamente, as nuances da noção de enunciação e os conceitos imbricados. Metodologicamente, os utilizamos como conceitos operatórios para, assim, apresentar o AO sob caracteres enunciativos gerais para, em seguida, aprofundar em seus liames. Não obstante, não nos furtamos em retomar os caracteres textuais delimitados por Adam.

Isso posto, o ato de inscrição do AO é o ato de enunciação, a enunciação escrita. Isto é, através do aparelho formal da língua, o locutor mobiliza a língua convertendo-a de seu modo semiótico de significância ao modo semântico de significação. Visto por esse ponto de vista, é possível analisar o AO tanto pelas formas mobilizadas, as regras que dizem respeito ao funcionamento do texto, quanto pelos sentidos constituídos. A enunciação escrita, enquanto ato de escrever o discurso, permite àquele que escreve enunciar-se em sua escrita e, no interior de seu discurso, faz com que seus leitores se enunciem. Aqui, concorre a dimensão enunciativa do texto, uma vez que são observadas as “relações entre o que se diz, para quem se diz, num certo momento, sempre a partir de quem enuncia” (CAVALCANTE et al., 2022, p.204). Observemos.

Transpondo o entendimento sobre a enunciação escrita ao gênero analisado, as características sobressaem. A primeira é a centralidade do articulista, pois, enquanto locutor, ele se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de sujeito ao expor e defender a sua tese. As formas são mobilizadas tendo como objetivo influenciar de algum modo o leitor. O que constitui a segunda característica, a interlocução necessária. Assim como nos demais gêneros pertencentes à esfera jornalístico-midiática, o articulista tem em vista um interlocutor, o público de leitores e o suporte em que irá publicar seu AO. Isso implica, textualmente, a relação entre o que se diz e para quem se diz, o que torna necessário que o locutor faça uma adequação linguística de acordo com a pressuposição dos interlocutores que constituem o público-alvo.

A interlocução possibilita e demanda a intersubjetividade. Apesar da formalidade induzir o articulista a utilizar as formas verbais da 3ª pessoa para, assim, atingir a impessoalidade, tal objetivo é utópico, uma vez que o propósito de quem escreve é enunciar sua opinião particular sobre determinado assunto. Melhor dizendo, a subjetividade é implícita ao AO, podendo o articulista utilizar tanto as formas da 1ª quanto as da 3ª pessoa. Tudo a depender de como queira cumprir com o seu propósito de influenciar o interlocutor. A intersubjetividade advém desse *eu* articulista que estabelece argumentos que não se distanciam da realidade dos seus leitores, antecipando, inclusive, os contra-argumentos de um *tu* pressuposto.

Para prosseguir com o rol de características enunciativas do AO, destacamos mais uma vez a caracterização dada por Benveniste, de que a enunciação escrita “se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem” (BENVENISTE, 2006, p.90). Segundo Knack (2012)

Podemos entender esses dois planos como o da *escrita* propriamente dita e o da *leitura*, fato que decorre de a escrita não se configurar como um discurso *síncrono*, isto é, o tempo em que dão a escrita e a leitura são distintos: locutor e alocutário não partilham o *aqui* (espaço) e o *agora* (tempo) da enunciação. (KNACK, 2012, p.157, grifos da autora).

Transpondo ao gênero, as referências constituídas no *aqui-agora* do *eu* articulista precisam ser reconstituídas no *aqui-agora* do *eu* leitor. Ou seja, as instâncias de discurso de ambos são distintas. O que exige de quem escreve a constituição de referências intradiscursivas ligadas, “cada uma delas a um conjunto de coordenadas espaço-temporais” (BENVENISTE, 2006, p.78-79). Para isso, é necessário que se una “o tempo linguístico e o tempo crônico” (p.79). Dessa forma, o *eu* articulista instancia seu discurso no ‘hoje’ (agora) que será concomitantemente crônico e linguístico e, a partir disso, alocará os referentes, sejam estes temporais ou o objeto que mobilizou todo o ato de enunciação escrita, o assunto do AO. Este encontra sua referência primeira na realidade, pois, geralmente, concerne a algum fato da atualidade que importe a sociedade.

Ao entender que a referência “é parte integrante da enunciação”, uma vez que “a presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno” (p.84), cabe compreender que, para a constituição das referências intradiscursivas quando da enunciação escrita do AO, o locutor deve se apropriar de um aparelho de formas específicas que o põe em relação constante e necessária com sua enunciação. São formas desprovidas de referência material, tornando-se plenas de sentido referencial assim que o locutor delas se apropria e esse sentido existe apenas na instância de discurso em que foi efetuada. Essas formas específicas são os índices de pessoa - que põem em relação o locutor e

o interlocutor, tais como os pronomes pessoais -, os índices de ostensão - expressos através dos demonstrativos, advérbios, adjetivos -, bem como, as formas temporais - expressos tanto pelos tempos verbais quanto pelos advérbios (p.84-85).

Dispõe também de um aparelho de funções lexicais e sintáticas que é manejado de forma a influenciar o comportamento do leitor, seja através da interrogação - “que é uma enunciação construída para suscitar uma ‘resposta’” (p.86) -, da intimação - “ordens, apelos concebidos em categorias como o imperativo, o vocativo” (p.86) - ou da asserção - “manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação” que “visa comunicar uma certeza” (p.86). O aparelho de funções lexicais e sintáticas, tal como descrito, compõe, textualmente, a força ilocutória tendo em vista os propósitos implicados. Aqui concorre a pontuação, pois intervém reforçando o sentido, e as modalidades formais que, ao serem mobilizadas, possibilitam ao locutor enunciar sua atitude de enunciador do ângulo daquilo que enuncia (BENVENISTE, 2006). Todos esses aparelhos constituem o *aparelho formal da enunciação escrita* do qual o articulista se apropria a cada ato de semantização da língua na escrita de seu discurso.

Toda a descrição ora elencada estabelece um conjunto de caracteres textuais e enunciativos aos quais o locutor deve saber manejar a fim de produzir o seu AO, estabelecendo-se, assim, como articulista de seu discurso. Em outras palavras, esse *savoir faire* constitui as habilidades discursivas de escrita para o contexto deste estudo.

A partir da delimitação dos caracteres que compõem as habilidades discursivas de escrita é possível tencioná-los de forma a comporem os critérios da avaliação formativa uma vez que são eles que analisaremos. Esse tensionamento depende da operacionalização metodológica dessa avaliação. Consideramos que a organização do conjunto de habilidades em uma tabela, em estilo *checklist*, adequa-se aos nossos propósitos, uma vez que possibilita a sistematização e registros avaliativos individualizados a cada aluno. Essa tabela individual seria retomada pelo professor a cada oportunidade, a cada produção do aluno, a fim de verificar as habilidades prévias e analisar a aquisição de novas. Para a construção dessa tabela, temos de ter em vista que é o ato de inscrição do discurso, a enunciação escrita que pretendemos analisar. Assim, seguindo a proposição benvenistiana, “na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (BENVENISTE, 2006, p.83), analisaremos o ato de conversão da língua em discurso tendo em vista que as situações em que esse ato se realiza são os *parâmetros de produção* fornecidos pelo professor quando da proposição de uma nova produção de AO. Isto é, os *parâmetros de produção* determinam quem é o interlocutor e qual é o suporte de publicação. Por sua vez, os

instrumentos de sua realização são os caracteres textuais e enunciativos mobilizados de acordo com as habilidades discursivas de escrita das quais o locutor dispõe.

A seguir, apresentamos o esboço dessa tabela que sistematiza os registros avaliativos para a SDB e, em seguida, dispomos uma segunda tabela contendo a lista dos *parâmetros de produção* fornecidos para cada uma das produções propostas aos alunos no percurso da SD sob pressupostos benvenistianos. Julgamos pertinente as duas tabelas serem dispostas, cada uma, em um dos versos da mesma folha A4, na posição horizontal, uma vez que a segunda tabela é um suporte para a compreensão de dados da primeira.

Critérios avaliativos para a avaliação formativa da SDB

Nome do(a) aluno(a):									
HABILIDADES DISCURSIVAS	DESCRIÇÃO DA HABILIDADE	PARÂMETROS DE PRODUÇÃO							
		1ºP	R1ºP	2ºP	R2ºP	3ºP	R1ºP	R3ºP	PF
Centralidade do articulista	O locutor enuncia claramente sua opinião defendendo sua tese.								
Interlocução	Na interlocução com o público-alvo há adequação linguística.								
Propósito	Há construção de argumento(s) que poderia(m) vir a influenciar o interlocutor.								
Força ilocutória	O locutor maneja as funções sintáticas – implícitas à interrogação, à intimação e à asserção – de forma a contribuir com sua construção argumentativa.								
Referência na realidade	Contextualização do assunto de acordo com a realidade.								
Referências intradiscursivas	Há constituição de referências intradiscursivas.								
Habilidade textual	Organização de todas as habilidades discursivas em um texto.								
Observações:									

Fonte: produzido pela autora.

Parâmetros de produção fornecidas na SDB

PARÂMETROS DE PRODUÇÃO	
1ªP	1ª Produção: o AO deve responder à pergunta da blogueira Luana Pires, “Cobrar aluguel dos filhos. É justo?”, tendo por planejamento indireto desta produção questões pertinentes aos elementos constitutivos do gênero: tese, sustentação argumentativa, público-alvo, adequação da linguagem a ser empregada.
R1ªP	Reescrita da 1ª Produção: no Módulo A, a 1ª Produção será reescrita tendo em vista outro público-alvo, os leitores de um periódico local (determinado a critério do professor).
2ªP	2ª Produção: no Módulo B, ao responder à pergunta “aprender a ética digital é suficiente para as postagens na internet serem controladas ou é necessário empregar outros modos de controle?”, a 2ª produção tem como público-alvo a comunidade escolar, pois uma cópia desta será afixada em um painel de artigos em um dos corredores da escola. Para cumprir com o propósito, o locutor deverá utilizar um argumento de princípio ou de causa e consequência.
R2ªP	Reescrita da 2ª Produção: esse processo é mediado pelas observações de um colega e pela avaliação do professor.
3ªP	3ª Produção: no Módulo C, tendo por público-alvo a comunidade escolar, esta nova produção está baseada em um roteiro temático de busca, elaboração e criação de conteúdo sobre plágio.
R1ªP	Reescrita da 1ª Produção: no Módulo D, o aluno deve submeter os conhecimentos e habilidades adquiridos contrastando-os com sua performance inicial, neste novo processo de reescrita da 1ª Produção, tendo em vista os leitores de um periódico local (determinado a critério do professor).
R3ªP	Reescrita da 3ª Produção: este processo de reescrita é mediado pela autoavaliação da 3ª Produção, tendo em vista o suporte midiático a rede social <i>Facebook</i> .
PF	Produção Final: tendo por suporte midiático de publicação a página da rede social <i>Facebook</i> e, consequentemente, por público-alvo a comunidade escolar, para a Produção Final, o aluno tem autonomia de escolha sobre o tema.

Fonte: produzido pela autora.

CONCLUSÃO

Definidos e sistematizados os critérios sob fundamentação benvenistiana, a avaliação formativa, ora proposta, se coloca enquanto uma possibilidade, à disposição dos professores, de circunscrever e acompanhar as habilidades discursivas de escrita - inerentes ao gênero artigo de opinião - que o aluno possui e desenvolve no percurso de uma sequência didática igualmente desenvolvida sob os pressupostos de Benveniste. Novos estudos se fazem necessários, no sentido de observar se e como esses critérios avaliativos contribuem para o ensino-aprendizagem de língua portuguesa. Esperamos, assim, contribuir com os estudos da linguagem.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, M. P. T.; RESENDE, V. M. Gêneros e suportes: por um refinamento teórico dos níveis de abstração. In: **Romanica Olomucensia**, n. 26.2, 2014. p.127–142.
- ADAM, J. **A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- ADAM, J. **Textos: tipos e protótipos**. Tradução: CAVALCANTE, M. (et al.). São Paulo: Contexto, 2019.

ADAM, J. **A noção de texto** [recurso eletrônico] / Jean-Michel Adam; tradução: RODRIGUES, M. G. S., SILVA NETO, J. G. e PASSEGGI, L.; revisão técnica da tradução: SILVA NETO, J. G. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 4360 KB). – Natal, RN: EDUFRN, 2022. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclef-indmkaj/https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/44991/3/A_nocao_de_texto_ADAM_2022.pdf.pdf. Acesso em: 26 jan. 2022.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; notas da edição russa de Serguei Botcharov. - 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. 5a ed. Campinas, SP: Pontes Editores. 2005.

BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral II**. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

BESERRA, N. S. Avaliação da compreensão leitora: em busca da relevância. In: MARCURSCHI, B.; SUASSUNA, L. (org.). **Avaliação em língua portuguesa: contribuições para a prática pedagógica**. — 1 ed., 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

CAVALCANTE, M. et al. **Linguística Textual: conceitos e aplicações**. Campinas: Pontes Editores, 2022.

CIULLA, A. O programa linguístico de Benveniste e a constituição da linguística textual proposta por Adam. In: **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 23, n. 3, p. 720-744, jul.-set. 2020.

COSTA, S. R.. **Dicionário de gêneros textuais**/ Sérgio Roberto Costa. - 3. ed. rev. ampl.; 1. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B.; Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. e colaboradores. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de ROJO, R. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 81-108.

FLORES, V. N. Escrita, Enunciação e Autoria: sobre o sujeito e singularidade. In: CAZARIN, E. A.; RASIA, G. S. (Org.). **Ensino e aprendizagem de língua: língua portuguesa**. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

FLORES, V. N. et al. **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, V. N. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. - 1.ed. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, V. N. Teoria da Enunciação. In: ROMERO, M. et al. **Manual de linguística: Semântica, Pragmática e Enunciação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. p. 145- 173.

KNACK, C. **Texto e enunciação**: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

RODRIGUES, R. S. V.; MILANI, Sebastião Elias. **O conceito de linguagem de Benveniste**. *Mediação*, Pires do Rio - GO, v. 10, n. 1, p.74-85, jan.- dez. 2015.

A AUTORA

Renata Einsfeld é mestre em Estudos da Linguagem no Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS (2023). Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013) e pós-graduação *Latu Sensu* em Educação - Metodologias do ensino de Língua Portuguesa e Literatura na Educação Básica, pela Universidade Pitágoras Unopar (2019). Desde 2015, atua como docente do componente de Língua Portuguesa na Educação Básica.